

Constituinte amarga mais atrasos

Painel com defeito e faltosos sem punição: ritmo continua lento



Afonso Arinos

Votação sobre promotor fica para segunda

O acordo fechado no início da manhã pelas lideranças sobre o último capítulo do Título IV, que trata das funções essenciais da Justiça, não foi suficiente para permitir a votação de todo este capítulo ontem, como pretendia o presidente Ulysses Guimarães. A extensão da fusão de emendas sobre Ministério Público e a complexidade da matéria provocaram diversos protestos de constituintes, que se declararam sem condições de votar. Ulysses concordou, então, em adiar a votação da fusão para segunda-feira e mais uma vez insistiu para que todos estivessem no plenário pontualmente, às 14h30m.

O único artigo votado ontem foi o que dá aos advogados inviolabilidade no exercício da profissão e considera este profissional indispensável à administração da Justiça. Para manter o dispositivo no texto, 286 constituintes votaram contra o destaque supressivo, apresentado pelo senador Roberto Campos (PDS-MT).

O texto desta Constituição está evadido de corporativismo. Nossa Carta será merecidamente apelidada de "a Constituição dos bacharéis" — protestou o senador pedesista, lembrando, ainda, que o advogado não é indispensável à Justiça do Trabalho ou à Justiça Eleitoral. "Só espero que os economistas não reivindiquem agora o direito de ocupar os Ministérios da Fazenda e do Planejamento", disse Roberto Campos, que é economista.

A proposta original, que dava aos advogados inviolabilidade por todos os seus atos e manifestações, foi restrita através da aprovação de uma emenda apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Aprovada por 358 votos a 2, esta proposta reduziu a inviolabilidade dos advogados aos atos praticados no exercício da profissão.

PROTESTOS

Já eram 13 horas quando o presidente Ulysses Guimarães pôs em votação a fusão sobre os artigos referentes ao Ministério Público, um texto de quatro páginas datilografadas. Apesar do esforço do líder do Centrão, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), para explicar a matéria aos seus colegas antes da votação, muitos constituintes se recusaram a votar antes de conhecer melhor o texto.

— Sou um advogado, um professor de direito e não posso comprometer o meu voto com determinados trechos deste texto — reclamou o senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), logo após o presidente Ulysses Guimarães ler em voz alta o conteúdo do acordo. "Não se pode tomar isso assim tão rapidamente", concordou o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), depois de fazer considerações técnicas sobre a parte do texto que diz respeito à consultoria jurídica dos Ministérios.

O presidente Ulysses Guimarães, no início dos protestos relutante em adiar a votação, acabou rendendo-se aos argumentos e anunciou que enviaria a todos os constituintes os textos das fusões para que estudassem no final de semana e fosse possível votar a matéria na segunda-feira.

O ARTIGO DE ONTEM

Artigo 150 — O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável, por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

Quando o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, propôs a efetivação de um "mutirão" para o período de trabalho que começaria após o feriado de Páscoa, não imaginava que iria se deparar com uma série de problemas que voltariam a desacelerar o ritmo das votações. Ao longo da semana, invariavelmente, cada sessão foi iniciada por um "pinga-fogo" que durou cerca de duas horas, até que o plenário reunisse o quorum suficiente (280) para a realização da primeira votação do dia. Quarta-feira, em pleno exercício do voto, os constituintes esbarraram em outro obstáculo: o sistema eletrônico não conseguiu acompanhar a velocidade dos trabalhos e parou de funcionar. No dia seguinte ele chegou a ameaçar com nova pane, que foi logo solucionada pelos técnicos.

Ulysses Guimarães queria, antes do feriado da Semana Santa, que uma média de 26 dispositivos fosse decidida a cada sessão, para que em 40 sessões se encerrasse o primeiro turno de votação do texto constitucional e que todo o capítulo do poder Judiciário fosse votado esta semana. Em comunicado que distribuiu aos constituintes dia 30 de março, marcou os trabalhos de votação diariamente, inclusive sábados e domingos, das 14h30 às 22h, e de quarta a domingo também das 9h30 às 13h. Não conseguiu, no entanto, que as votações comessem na hora marcada e diariamente os parlamentares tiveram oportunidade de realizar seu "pinga-fogo" até que uma verificação de presença certificasse que pelo menos 280 membros da Assembléia estava em plenário para trabalhar.

Além do atraso diário das votações, Ulysses Guimarães resolveu suspender as sessões marcadas para este final de semana e desistiu também de aplicar punições aos eternos ausentes do plenário da Constituinte. O motivo para esta última decisão foi a felicidade que o presidente da Assembléia sentiu ao ver,

EUGENIO NOVAES



O fantasma do painel se juntou ao dos ausentes para atrasar a Carta

na terça e na quarta, que até os recordistas de faltas estavam presentes, deputados Mário Bouchardet (PMDB/MG) e Felipe Chelide (PMDB/SP). Os dois, no entanto, não ficaram muito tempo em Brasília, e o quorum continuou sendo baixo para as decisões de matérias mais importantes.

Alguns constituintes acham que a questão do quorum é fundamental para o andamento dos trabalhos e necessita de uma decisão mais enérgica por parte de Ulysses Guimarães. "Enquanto ele não resolve aplicar medidas puni-

tivas aos ausentes, vai continuar do mesmo jeito", prevê a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), que já ameaçou liderar uma greve dos assíduos em protesto à grande incidência de faltas nas votações. Para ela, a semana foi muito fraca e não chegou nem a cumprir o calendário estabelecido pelo presidente da Constituinte. "Ele queria encerrar o capítulo do poder Judiciário, mais isto não aconteceu", lembrou ainda.

O número de ausentes continua acima de 100, em média chega a 200. Com 300 constituintes em plenário,

toda votação sobre matéria polêmica fica inviabilizada, pois o máximo que se consegue é prejudicar sucessivamente as emendas que não chegam a obter quorum de 280 para aprovação ou para rejeição. Durante este semana, este quadro se repetiu principalmente nas duas sessões matinais realizadas quarta e quinta.

O plenário começou a semana disposto a fornecer quorum e apreciar o máximo possível de dispositivos por dia. Encerrou, já na segunda-feira, a votação sobre o capítulo do poder Executivo e no dia seguin-

te, ao iniciar o poder Judiciário, superou as expectativas, realizando 19 votações e decidindo mais de 60 dispositivos. Na sexta-feira, porém, o painel eletrônico foi acionado somente três vezes, uma delas para repetir o que foi feito todos os dias, verificação de presença. Mais uma vez os trabalhos semanais da Constituinte não conseguiram preencher uma semana inteira. O último dia de votação, contraditoriamente, foi encerrado mais cedo porque o processo se acelerou demasiadamente. Para cumprir o desejo de agilização das votações, as lideranças partidárias realizaram uma fusão de emendas que resultou em um texto de quatro laudas, contendo matérias tão diversificadas que os próprios constituintes se sentiram impedidos de aprovar ou rejeitar a íntegra da emenda.

"A semana foi bastante produtiva", na opinião do deputado Adylson Motta (PDS/RS), um dos mais assíduos em plenário. Ele reconhece, no entanto, que "os eternos irresponsáveis" continuam atrapalhando os trabalhos ao ficarem ausentes em várias sessões. Ele acha que se todos trabalhassem com seriedade poderá se encerrar o primeiro turno em um mês e meio. A mesma expectativa tem o líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Ele prevê que, na base do acordo entre as lideranças, o texto constitucional estará pronto para o segundo turno de votação em 40 dias. O vice-líder petista, deputado José Genoíno (SP), acha que até o final de junho a nova Constituição deve ser promulgada. Este prazo coincide com o que espera o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA). Para ele, basta o presidente Ulysses Guimarães aplicar medidas punitivas aos faltosos que as votações se aceleram. "Se isto não acontecer, nem nós viremos mais para trabalhar aos sábados e domingos. Estamos sempre presente e as sessões acabam sem quorum. Desta forma, não conseguimos nem trabalhar aqui nem nas nossas bases. Esta situação precisa ser decidida".